



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

BRENDA CAROLINE NOGUEIRA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
X
SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

ARIQUEMES-RO
2017

Brenda Caroline Nogueira dos Santos

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
X
SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

TCC apresentado ao curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Ambiental
Profº Orientador: Esp. André Luiz Neves da Costa.

Ariquemes-RO
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Júlio Bordignon – FAEMA

S2373e SANTOS, Brenda Caroline Nogueira dos.

Educação ambiental x sociedade sustentável. / por Brenda Caroline Nogueira dos Santos. Ariquemes: FAEMA, 2017.

38 p.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Curso Superior Tecnológico em Gestão Ambiental - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.

Orientador (a): Prof. Esp. André Luiz Neves da Costa.

1. Educação ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Meio ambiente. 4. Sociedade sustentável. 5. Estratégia. I. COSTA, André Luiz Neves da. II. Título. III. FAEMA.

CDD: 363.7

Bibliotecário Responsável
EDSON RODRIGUES CAVALCANTE
CRB 677/11

Brenda Caroline Nogueira dos Santos

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
X
SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

TCC apresentado ao curso de tecnologia em Gestão Ambiental Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção do grau de Licenciada.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Orientador: Esp. André Luiz Neves
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Prof. Dr. Driano Rezende
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Prof. Ms. José Ribeiro de Oliveira
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Ariquemes 06 de julho de 2017.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me sustentar em todos os momentos de minha vida;

A minha família, meus pais, minha avó e meu irmão, que são a razão do meu viver e para quem eu dedico toda a minha vitória, o meu sincero obrigada. Obrigada a todos os meus amigos que sempre me apoiaram, a minha turma que sempre esteve ao meu lado e não poderia deixar de agradecer a Crislaini Vieira por todo apoio e ajuda;

A todos os professores que me passaram o seus conhecimentos;

Ao meu orientador Professor André, que sempre teve uma paciência enorme comigo, acreditando no meu potencial, ao coordenador do curso Dr. Driano Rezende, que sempre esteve disposto a me ajudar e tirar todas as minhas duvidas, obrigada;

Em especial ao Professor Mestre Jose Ribeiro, que me deu o maior apoio, disponibilizou vários horários para me atender e tirar minhas duvidas, me auxiliou com vários materiais de estudo, teve a maior paciência, sempre de bom humor, a ti o meu muito obrigada;

A todos o meu obrigada, se não fosse todo o apoio que eu tive, eu não teria chego ate aqui.

“ Quando a ultima árvore cair derrubada, quando o último rio for envenenado. Quando o último peixe for pescado, só então daremos conta de que o dinheiro é coisa que não se come. ” Índio Amazônico

RESUMO

Atualmente vivenciamos dias de acontecimentos estranhos e fatos inusitados que se manifestam em relação ao clima e ao aparecimento de grandes problemas em várias áreas do planeta terra. Esses problemas são resultados da influência do modo de vida que a humanidade escolheu para seguir, que promove uma grande espólio dos recursos naturais que nosso mundo tem a oferecer e, por isso mesmo, esse mesmo planeta que vem acolher, tende a tentar “se livrar” da presença como se fosse um corpo estranho. Essas ações tem deixado o planeta fraco e ambientalmente doente e, através de práticas danosas, provocamos a ira da natureza e encontramos a encruzilhada da existências. Ou muda a forma como exploramos os recursos naturais, e passe a viver a sustentabilidade ou pereceremos de forma brutal e emersa em próprios resíduos. Esse trabalho tem como objetivo destacar e discorrer sobre a educação ambiental como instrumento de preservação e de transformação da sociedade, tentando mostrar a todos os benefícios que tráz uma educação ambiental de qualidade. Bem como institucionalização da educação ambiental no Brasil, ressaltando as políticas nacionais de educação ambiental, e quando foram criadas. Afim de apresentar os principais problemas socioambientais, desequilíbrios entre a população rural\urbana, os malefícios que o homem pode gerar a natureza crescendo de forma desordenada. Tendo em vista como uma crise civilizatória e o surgimento da questão ambiental. Assim, destacando também os grupos sociais no qual a educação ambiental se faz presente, procurando também propor estratégias para a pratica da educação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Sustentabilidade, Meio Ambiente.

ABSTRACT

Today we are experiencing strange days and unusual events that manifest themselves in relation to the climate and the appearance of great problems in various areas of planet earth. These problems are a result of the influence of the way of life that mankind has chosen to follow, which promotes a great booty of the natural resources that our world has to offer, and for that very reason, the same planet that comes to welcome, tends to try to "get rid "Of presence as if it were a foreign body. These actions have left the planet weak and environmentally ill and, through harmful practices, provoke the wrath of nature and find the crossroads of existences. Either it changes the way we exploit natural resources, and we live the sustainability or we will perish brutally and emerge in our own waste. This work aims to highlight and discuss environmental education as an instrument of preservation and transformation of society, trying to show all the benefits that brings quality environmental education. As well as institutionalization of environmental education in Brazil, highlighting national environmental education policies, and when they were created. In order to present the main socio-environmental problems, imbalances between the urban and rural population, the malfunctions that man can generate nature growing in a disorderly way. Considering as a civilizing crisis and the emergence of the environmental issue. Thus, highlighting also the social groups in which environmental education is present, also seeking to propose strategies for the practice of environmental education..

Key words: Environmental Education, Sustainability, Environment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente;

EA- Educação Ambiental;

MCT- Ministério da Ciência e da Tecnologia;

MEC- Ministério da Educação;

MMA- Ministério do Meio Ambiente;

PNMA- Política Nacional do Meio Ambiente;

PRONEA- Programa Nacional de Educação Ambiental;

PPA- Plano Plurianual.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 2010.....	18
Figura 1 ilustração: Confeções de carimbos de restos de madeiras com cordão, trabalhados em sala de aula.....	32
Figura 2 ilustração: Horta com Garrafa Pet.....	33
Figura 3 ilustração: Oficina de Sucata com resíduos recicláveis.....	34
Figura 4 ilustração: Passeio Ambiental, para uma sensibilização de preservação dos Recursos Naturais.	35
Figura 5 ilustração: Atividades de Educação Ambiental com crianças, plantio de mudas de árvores.....	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OBJETIVOS.....	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3. METODOLOGIA	13
4. REVISÃO DE LITERATURA.....	14
4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	14
4.2 Institucionalização da Educação Ambiental no Brasil	15
4.3 Política nacional de educação ambiental	15
4.4 principais problemas socioambientais	16
4.5 A CRISE CIVILIZATÓRIA E O SURGIMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL	18
4.6 GRUPOS SOCIAIS QUE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SE FAZ PRESENTE	25
REFERÊNCIAS	27
APÊNDICE	30
Apêndice A: Confecção de carimbos de cordão com restos de madeira.	31
Apêndice B: Confecção de mini hortinhas com garrafas pet.	32
Apêndice C: Realizar uma oficina de sucata, para a construção de maquetes ou brinquedos.....	33
Apêndice D: Proporcionar um passeio a um ambiente natural.....	34
Apêndice E: Plantar árvores ou fazer canteiros com flores ou hortaliças.	35

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Souza (2015), o mundo está chegando num ponto cada vez mais delicado. O aumento do consumo e exploração incontrolável de produtos e recursos naturais do planeta só dificulta a vida na terra, tornando o futuro uma duvida.

Para contornar essas situações, é preciso pensar na educação ambiental, demonstrando a importância da sustentabilidade ambiental, englobando todos os setores da sociedade: econômica, política, saúde, entre outros. (SATO, 2004).

Segundo Portilho (2005), uma das formas para resolver esse problema é utilizar a Educação Ambiental. É necessário que a sociedade comece a educar suas ações, estabelecer limites de consumo, e isso envolve não só os consumidores, mas também as empresas que precisam começar a desenvolver produtos ecologicamente corretos e com materiais que não degrade o meio ambiente.

No Brasil, a constituição de 1988 estabeleceu pela primeira vez na história do país, um capítulo próprio sobre o meio ambiente, tendo como um bem comum do homem e essencial a uma sadia qualidade de vida, instituindo ao poder público e a coletividade o dever de preservar para as gerações presentes e futuras. (MORAES, 2002).

Para Segura (2001), os primeiros passos para uma sensibilização dos futuros cidadãos em relação ao meio ambiente são realizados nas escolas, por isso a Educação Ambiental é inserida em todos os conteúdos relacionando o homem com a natureza. Ainda de acordo com o mesmo autor, a inserção da EA (Educação Ambiental), na formação de jovens pode ser uma forma de sensibilizar os discentes para uma harmonia mais saudável com a natureza. Seria necessário que o tema fosse trabalhado com certa frequência na escola, porque é um lugar por onde passaram os futuros cidadãos, ou que pelos menos deveriam passar quando se é criança, tem mais facilidade para aprender. É preciso pensar que os problemas não estão distante do homem, mas começar a pensar nos problemas que estão ao nosso redor. Diante desse quadro verificou-se a importância de realizar o presente estudo para auxiliar efetivamente na realização da Educação Ambiental nas escolas, em todos os níveis de ensino.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Mostrar a importância da implementação da Educação Ambiental nas escolas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Explicar o que é a Educação Ambiental;
- Relatar a importância da Educação ambiental;
- Possíveis abordagens para a prática da Educação Ambiental.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado da seguinte maneira:

Passo 1: Escolha do tema;

Passo 2: Objetivos da Pesquisa;

Passo 3: Levantamento Bibliográfico (Biblioteca Júlio Bordignon – FAEMA)

Passo 4: Desenvolvimento do trabalho através de livros e artigos de dados eletrônicos, a saber: google acadêmico, e Scientific Eletronic Library Online Scielo;

Passo 5: Análise das informações adquiridas;

Passo 6: Período de realização do Trabalho entre Abril à Julho de 2017;

Passo 7: Considerações finais.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental, como instrumento de preservação ou de transformação da sociedade, é objeto de discussão desde o século passado e esta novamente no centro das propostas de redefinição ou reorganização do pensamento do homem, uma vez que se busca continuamente o resgate de melhoria de um futuro melhor para os seres vivos.

De acordo com Dias (2004), a Educação Ambiental esta sendo definida como uma matéria interdisciplinar, voltada para a resposta de problemas locais e regionais. Participativa, comunitária e criativa. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania, transforma valores e atitudes, através da construção de novos hábitos e conhecimentos, construindo uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza, objetivando o equilíbrio local e global, buscando obter uma melhoria na qualidade de todos os níveis de vida terrestre.

Para Seara Filho (1992), o objetivo da Educação Ambiental é desenvolver no homem sua capacidade critica o espirito de iniciativa e uma visão responsável, com a finalidade formarem cidadãos com uma visão objetiva do funcionamento da sociedade, motivando-o para a vida coletiva e consciente de que a qualidade de vida das próximas gerações depende das escolhas que o homem fizer em sua própria vida.

Nesse contexto, a Educação Ambiental esta se tornando uma proposta educativa que nasce em um momento histórico de alta complexidade. Segundo Carvalho (2005), faz parte de uma tentativa de responder aos sinais de ruína de todo um modo de vida, que já não auxilia as promessas de felicidade de todo um modelo de vida, felicidade, afluência, progresso e desenvolvimento. Dessa forma a busca da vida humana e de todos os ecossistemas existentes, seus objetivos são composto por uma melhoria da qualidade de vida associada à sustentabilidade dos recursos naturais.

4.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A institucionalização da EA no Brasil, de acordo com Loureiro (2007) foi descrita;

- 1981 criou-se a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (lei 6.938-81) e efetivou-se a inclusão da EA em todos os níveis de ensino;
- 1989 foram criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente (Lei 7.797/89) que apoiaria projetos de EA;
- 1992 foram criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os núcleos de EA do IBAMA;
- 1994 surgiram o Programa Nacional de EA (Pronea) - MMA, MEC, MCT;
- 1995 surgiram a Câmara Técnica Temporária de EA do Conselho Nacional do meio ambiente (CONAMA);
- 1999 foram criadas a Política Nacional de Educação Ambiental (lei 9.795), a coordenação-geral de EA no MEC e a Diretoria de EA no MMA;
- 2000, a Educação Ambiental é contemplada no Plano Anual (PPA);
- 2002 surgiram o Órgão Gestor do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e revisão do PRONEA;
- 2003, a Educação Ambiental foi contemplada no PPA 2004-2007 (MEC).

4.3 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nos órgãos do Sistema Nacional de meio – Sisnama, a Educação Ambiental, conforme determinam a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e o Decreto nº 4.281/02, que a regulamenta, para cumprir o seu papel de

instrumento de gestão ambiental (Art 6º, Dec. 4.281/02), deve ser praticada no contexto de atividades como conservação da biodiversidade, zoneamento, licenciamento, gerenciamento costeiro, manejo sustentável de recursos naturais, gestão de recursos hídricos, ecoturismo, gerenciamento de resíduos e outras. Isso evidencia que o processo educativo deve ser desenvolvido com grupos sociais diretamente envolvidos com as atividades de gestão ambiental: produtores rurais, pescadores, grupos comunitários afetados por riscos ambientais e tecnológicos, ribeirinhos, seringueiros, técnicos de órgãos ambientais, de organizações de sociedade civil e de movimento sociais, formuladores e gestores de políticas públicas.

Ao implantar a legislação que assume compromisso de sobrevivência do meio ambiente, pode-se considerar que o governo levou em conta os seguintes valores e princípios:

- A vida, a defesa em todas as suas formas e manifestações;
- A busca de um desenvolvimento voltado para a justiça social integrando, também, o direito a um ambiente saudável para todos;
- A busca constante de qualidade e de equilíbrio nas relações entre as pessoas e delas com a natureza.

4.4 PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

O desequilíbrio entre a população rural/urbano (conforme observado na figura 1), provocado por falta de adequadas políticas públicas rurais de assentamento e manutenção do homem no campo fez com que ocorresse o êxodo rural. Isso produziu um aumento na necessidade nas cidades de: uma busca de alimentos, uma possível moradia, implantação e manutenção adequada dos serviços públicos, tais como água, esgoto, lixo, educação, saúde e transporte. (MARTINE, 1987; VANDERLINDE, 2005).

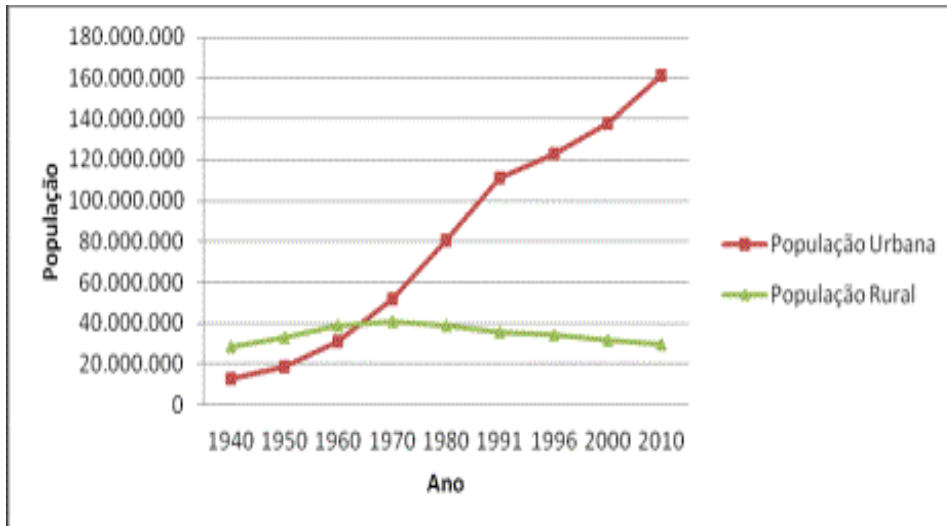


Figura 1: População Urbana e Rural do Brasil de 1940 a 2010.

Fonte: IBGE (2010).

A concentração populacional próximo às regiões industriais apresenta uma baixa qualidade ambiental em decorrência da poluição. Isso está interligado a classe mais pobres muitas vezes para sobreviver são obrigadas a se instalar nos polos industriais, pois o recurso financeiro não permite a elas ter além do necessário para a sua sobrevivência. A ocupação urbana acelerada e desordenada e sem nenhum planejamento, também causadora de vários problemas ambientais. Normalmente as construções se dão em áreas de riscos, como encostas e margens de rios e em áreas proibidas pela legislação. Essa situação, gerada pelo descaso ao meio ambiente, ligado a negligência do poder público, promove uma danificação ambiental dos ecossistemas locais, fazendo com que se tornem cada vez mais fracos e vulneráveis aos desastres naturais. (HOGAN, 1992).

Também é presente em nossa realidade socioambiental um grande desperdício de matéria prima em geral, de água e de energia, isso faz com que vivemos, sob uma possível ameaça grave de escassez de energia e da água. Em futuro bem próximo, pode haver a perda da produtividade e erosão dos solos cultiváveis devido à política econômica interligada a exportação, ao nosso padrão agressivo de produção, que utiliza métodos agrosilvopastoril ecologicamente predatória e aos desmatamentos indiscriminados, tendo como resultado áreas absolutamente desertas. (MMA, 2005).

Também o uso de agrotóxicos na agricultura com sérios riscos de saúde tanto para os trabalhadores leigos, quanto para a população que talvez venha fazer o

consumo de alimentos assim produzidos, é considerado um grande problema ambiental capaz de deixar sequelas irreparáveis. (PERES et al., 2003).

Além de todos os problemas gerados pelo mal uso dos recursos naturais, cria-se assim uma distância entre ricos e pobres. A concentração de renda e de riqueza, agora fomentada por uma crescente e acelerada globalização econômica, aumentou as desigualdades sociais, ocasionando um crescente aumento de favela totalmente insalubre como as existentes nas grandes capitais brasileiras. Pessoas mais necessitadas nascem e morrem literalmente nas ruas, eternizando-se sem nenhuma expectativa e sem a mínima condição decente de vida. (FARIA, 2000; GARCIA, 2003).

Tudo o que foi relatado mostra que o mundo vive uma verdadeira crise socioambiental, gerado pelo homem, seres que para sobreviver necessitam dos recursos que a natureza tem a nos oferecer, ou melhor, dizendo, tinha, pois caminhamos para uma era de total escassez. A disponibilidade de água para consumo do homem e para a agricultura é hoje, um recurso insuficiente em muitos países e causa de guerras entre vários povos. (AUGUSTO et al, 2012).

4.5 A CRISE CIVILIZATÓRIA E O SURGIMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL

De acordo com Carvalho (2002), o ser humano, em sua caminhada histórica, elaborou a ocupação e o uso espacial da terra, usando os recursos naturais renováveis e não renováveis basicamente interessados na sua própria sobrevivência. Ao decorrer dos tempos, passou a aderir um comportamento predatório em relação à natureza, passando o mundo em que habitamos hoje: caótico, desarmônico, desequilibrado e ambientalmente doente.

A história da humanidade mostra que a degradação ambiental já acontece há muito tempo. Só que no início, a degradação descoberta não representava um grande impacto para a natureza, não se configurava como um problema ambiental, no ponto de vista que é visto hoje. Na memória humana, as condutas são de praticas predatória não é nova. A dimensão e a extensão dos mecanismos de devastação, desde o surgimento das grandes cidades e das grandes lavouras de monoculturas, atem as

armas nucleares que atingiram as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, no Japão, o primeiro país do mundo a sofrer um ataque atômico (ZULAUF, 2000). De acordo com os autores citados a cima, considerável que os problemas ambientais só começaram a ser identificados como sendo impactantes a partir de dois fatos históricos:

A Revolução Industrial – a partir do ano de 1750 com a criação das maquinas de fiar (tear mecânico);

A organização urbana segundo a qual a maioria das cidades foi criada sem nenhum planejamento ou ordenamento.

Houve também algumas conferencias de suma importância para o desenvolvimento do meio ambiente, em seguida alguma delas:

Conferência das Nações Unidas: Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Na reunião — que ficaram conhecidas como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo em Estocolmo, Suécia, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta (QUEIROZ, 2015).

De acordo com Mendes (2014), o ambiente político internacional da época favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de que as responsabilidades pela preservação do meio ambiente e pela construção de um convívio equilibrado com o planeta são diferentes.

Na Rio-92, ficou acordado, então, que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusive com a redução dos padrões de consumo — especialmente de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral). Com

essa decisão, a união possível entre meio ambiente e desenvolvimento avançou, superando os conflitos registrados nas reuniões anteriores patrocinadas pela ONU, como na Conferência de Estocolmo, em 1972 (SERAFIM, 2016).

Na Conferência Eco-92 ficaram estabelecidos 27 princípios básicos sobre o desenvolvimento sustentável global. Segue abaixo o resumo de cada um deles:

- Os seres humanos têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza;
- Direito dos estados de explorarem seus próprios recursos sendo responsáveis por suas atividades de forma a não prejudicar o meio ambiente e os outros territórios;
- O desenvolvimento deve ser promovido de forma equitativa para garantir as necessidades das gerações presentes e futuras;
- A proteção ambiental deve ser considerada parte integral do processo de desenvolvimento sustentável;
- A erradicação da pobreza como requisito indispensável para promoção do desenvolvimento sustentável;
- As ações internacionais devem dar prioridade especial à situação dos países em desenvolvimento e dos mais desfavorecidos;
- Mediante uma parceira global, os Estados devem cooperar na conservação, proteção e recuperação da integridade e saúde do ecossistema Terra;
- Os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e de consumo;
- Cooperação dos Estados no desenvolvimento e intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Assegurar a participação pública e popular das questões ambientais que deve ser promovida mediante o acesso à informação e os processos decisórios;
- Segundo o contexto ambiental de cada país, eles devem adotar legislação ambiental eficaz;
- Cooperação das políticas econômicas dos Estados com vista ao desenvolvimento sustentável baseada em consensos globais;

- Desenvolvimento de legislação nacional a partir dos danos ambientais com vistas a adoção de leis e tratados internacionais visando a responsabilização e compensação por danos causados ao meio ambiente;
- Cooperação dos países no sentido de desestimular a transferência de atividades ou substâncias altamente nocivas ao meio ambiente e à saúde humana;
- O princípio da precaução deverá ser observado pelos Estados, de acordo com suas próprias condições e capacidades, com o intuito de proteger o meio ambiente;
- As autoridades nacionais devem promover a internalização de custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, levando em consideração que o poluidor deve arcar com os custos da poluição;
- Planejamento de atividades, segundo a avaliação sobre o Impacto Ambiental, utilizadas como instrumentos nacionais, os quais devem ser submetidos a uma decisão por autoridade nacional competente;
- Notificação imediata entre os Estados sobre desastres naturais ou outras emergências que possam causar dano ao seu ambiente;
- Os Estados devem notificar previamente outros Estados que possam ser potencialmente afetados por atividades com significativo impacto ambiental;
- Participação integral das mulheres no gerenciamento e no alcance do desenvolvimento sustentável;
- A criatividade, idealismo e coragem dos jovens do mundo são essenciais para se atingir o desenvolvimento sustentável e assegurar um mundo melhor para todos;
- As populações indígenas e outras comunidades locais têm um papel vital no gerenciamento e desenvolvimento ambiental em função de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e assegurar seus direitos;
- Proteção dos recursos naturais e ambientais de populações sob opressão, dominação e ocupação;
- Os Estados devem respeitar o Direito Internacional e proteger o meio ambiente em tempos de conflitos armados;

- A Paz, o Desenvolvimento e a Proteção Ambiental são interdependentes e indivisíveis.
- Os Estados deverão resolver suas controvérsias ambientais de forma pacífica conforme a Carta das Nações Unidas;
- Os Estados e os povos devem cooperar num espírito de parceria para o cumprimento dos princípios dessa Declaração e para o desenvolvimento do Direito Internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

A Conferência de Estocolmo: Ocorreu entre 5 e 16 de junho de 1972, na cidade Estocolmo, Suécia. Esse foi o primeiro evento organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para discutir de maneira global o meio ambiente. A Conferência de Estocolmo foi desenhada com objetivo de discutir as consequências da degradação ao meio ambiente. O encontro também abordou as políticas de desenvolvimento humano e de buscar visão comum de preservação aos recursos naturais (BASTOS, 2013).

Na visão de Lambach (2015), o evento era esperada a resposta para os limites da degradação ambiental, acentuada após a Revolução Industrial. Até então, os maiores questionadores do limite de crescimento eram os países desenvolvidos, como Estados Unidos e as nações europeias.

Conforme Verona (2003), além dos já citados, os principais objetivos da conferência foram:

- Discutir as mudanças climáticas;
- Discutir a qualidade da água;
- Debater soluções para o aumento de desastres naturais, como chuvas ácidas, poluição em mares e oceanos, as marés negras, a redução e desaparecimento de territórios selvagens;
- Reduzir e encontrar soluções para a modificação da paisagem;
- Dar suporte para o crescimento econômico sem que este represente maior pressão sobre o meio ambiente;
- Limitar a utilização de pesticidas na agricultura;
- Reduzir a quantidade de metais pesados lançados na natureza.

O encontro, organizado pela ONU, contaram com representantes de 113 países, entre eles o Brasil, e 400 organizações governamentais e não governamentais. No momento da conferência, o Brasil passava pelo chamado milagre econômico, com intenso desenvolvimento industrial (BELLIZIA, 2012).

O Protocolo de Montreal: Um acordo internacional assinado em 1987 com objetivo de reduzir a emissão de produtos que causam danos à camada de ozônio. Inicialmente, 40 países aderiram ao acordo, que já conta com 200 nações signatárias, como mostra Silva (2007).

- Reduzir a emissão de CFCs em 80% entre 1996 e 1994;
- Reduzir os níveis em 50% entre 1986 e 1999;
- Eliminar a fabricação e o uso dos CFCs;
- Plena recuperação da camada de ozônio até 2065;
- Eliminar a fabricação e o uso dos tetracloreto de carbono, tricloroetano, hidrofluorcarbonetos, hidroclorofluorcarbonetos, hidrobromofluorcarbonetos e o brometo de metila.

O compromisso coletivo ocorreu após pesquisas realizadas nos anos 70 comprovarem que a emissão de gases denominados CFCs (clorofluocarbonos) reduziam a atividade das moléculas de ozônio da atmosfera. Os componentes eram usados como base em aerossóis. Os estudos dos químicos norte-americanos F. Sherwoork Rowland e Mario Molina apontaram que os CFCs, quando combinados com a radiação emitida pelo Sol, destruíam parte dos gases da estratosfera (COSTA, 2004).

O Protocolo de Kyoto: Para Baldon (2014), o tratado internacional assinado por muitos países no ano de 1997 na cidade de Kyoto, no Japão; com a finalidade de alertar para o aumento do efeito estufa e do aquecimento global caracterizado, em grande parte, pelo volume de gases lançados na atmosfera, sendo o principal deles o dióxido de carbono (CO₂).

Dessa maneira, para Lasta (2012), os países que assinaram tal documento se comprometeram a reduzir a emissão de gases em aproximadamente 5%. Vale lembrar que o Protocolo de Kyoto somente entrou em vigor no ano de 2005 (com adesão da Rússia) e no tocante aos países signatários são divididas nas categorias:

- Países que assinaram e ratificaram o Protocolo: Brasil, Argentina, Peru, Tanzânia, Austrália, alguns países da União Europeia, etc;
- Países que assinaram e não ratificaram o Protocolo: Estados Unidos, Croácia, Cazaquistão, etc;
- Países que não assinaram e não ratificaram o Protocolo: Vaticano, Andorra, Afeganistão, Taiwan, Timor-Leste, etc;
- Países que não assumiram nenhuma posição no Protocolo: Mauritânia, Somália, etc.

A Carta da Terra: Documento que foi proposto no evento Rio-92 voltado para assuntos acerca de uma sociedade global pacífica, justa, sustentável. Ela propõe uma mudança de hábitos para alcançar um futuro melhor para todos os cidadãos do planeta. A Carta da Terra foi primeiramente idealizada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987 (GADOTTI, 2008).

A Carta da Terra para Cortina (2005), é uma inspiração para a busca de uma sociedade em que todos sejam responsáveis por ações de paz, respeito e igualdade. Assim, ela preza pelo bem-estar mundial ao tratar de temas éticos de suma importância para todos os cidadãos do século XXI.

De tal modo ela é um importante instrumento de educação e que deve ser apresentado nas instituições educacionais. Para Marra (2016), tem como objetivo os seguintes itens:

- Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade
- Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
- Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
- Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

4.6 GRUPOS SOCIAIS QUE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SE FAZ PRESENTE

De acordo com Oliveira (2003) reiterado por Mello et al., (2007), a Educação Ambiental deverá se fazer presente nos seguintes grupos:

- Grupos afetados por possíveis riscos ambientais e tecnológicos ou por mudanças no ordenamento devido as exigências da legislação, que obrigam novas formas de apropriação e uso dos recursos ambientais.
- Comunidades afetadas ou preocupadas por impactos ambientais ocasionados por empreendimentos feitos no meio, ajudando-os a participarem de audiências públicas, na defesa de seus interesses.
- Criadores de técnicas de ambientalização de programas e projetos das instituições usuárias e daquelas de controle do uso do meio ambiente.
- Decisores e formadores de opinião, concebendo e fazendo circular informações socioambientais que influenciem mudanças no contexto cultural.
- Educadores, alunos, quadro pessoas a serviço de escolas e técnicos de secretarias de educação, voltados para a inserção da temática ambiental nos currículos escolares.

Considerações Finais

Diante do levantamento realizado durante a revisão bibliográfica pertinente a este trabalho podemos salientar alguns pontos importantes, sendo eles: A importância da educação ambiental tanto para o homem quanto para o meio ambiente, pois a ação do homem pode e influencia de forma direta na degradação do meio ambiente. Outro ponto a salientar é a consequência do crescimento populacional desordenado causado pelo homem, pois o mesmo não segue um padrão e muito menos a legislação vigente no que se refere ao assunto.

Podemos concluir dessa forma que, é preciso levar a educação ambiental para todos, não apenas em sala de aula, mas para o homem de forma geral. É necessário que todos se sensibilizem e comece a pensar no meio ambiente como uma fonte de vida é que é preciso cuidar desta fonte de uma forma que tenhamos um presente sadio e um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO Giraldo da Silva, Lia et al. **O contexto global e nacional frente aos desafios do acesso adequado à água para consumo humano**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, 2012.

BALDON, Carlos Alberto. **Políticas públicas e mudanças climáticas: pesquisa sobre a política nacional do meio ambiente e análise do desempenho do país, em relação à redução dos gases de efeito estufa (GEE)**. 2014.

BASTOS, Alexandre Marucci; SOUZA, Cláudio Benedito Gomide de. A educação e a sustentabilidade: o desafio de um paradigma e a década da educação para o desenvolvimento sustentável da UNESCO (2005-2014). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 208-240, 2013.

BELLIZIA, Ana Paula. **Educação profissional e organizações não governamentais: panorama dos cursos de formação profissional de jovens trabalhadores no município de São Paulo**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais**. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil** 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: **Manual de educação**. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005. 160 p.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Edicoes Loyola, 2005.

COSTA, Paulo de Oliveira. **Resposta político-econômica às mudanças climáticas: origens, situação atual e incertezas do mercado de créditos de carbono**. 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FARIA, V. E. Brasil: **Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social, in Pobreza e Política Social**. CADERNOS ADÉNAUER, nº 1. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. Fiocruz, 1999.

GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. **Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Livros**, 2008.

GARCIA, R. C. Iniquidade Social no Brasil: **Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento**. IPEA (texto para discussão). Brasília, agosto de 2003.

HOGAN, D. J. “**Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras**”. In: Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável, organizado por D. J. Hogan & P. F. Vieira, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

IBGE, www.sidra.ibge.gov.br. Acesso: 30/05/2017.

LAMBACH, Higor Francisco. **O conceito de sustentabilidade nas notícias do jornal Valor Econômico (2000-2012)**. 2015.

LASTA, Thaciana. **Créditos de carbono como instrumento econômico-jurídico de conservação do ambiente**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso.

LOUREIRO, Denise Gomes. **Educação e Meio Ambiente IN:TOCANTINS**. Fundação Universidade do Tocantins UNITINS/Empresa de Educação Continuada Ltda EDUCON. Palmas, 2007.

MARRA, Thais. **A educação ambiental no ensino fundamental: novas dimensões a partir da teoria da complexidade**. 2016.

Martine, G. (1987). **êxodo Rural, concentração urbana e fronteira agrícola**. In: Garcia, R. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés.

MEDEIROS Aurélia Barbosa; MENDONÇA Maria José da Silva Lemes; SOUSA Gláucia Lourenço; OLIVEIRA Itamar Pereira. **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais**. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, set. 2011.

MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. Vamos cuidar do Brasil: **conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: **Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental**: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MENDES, Luís Marcelo. O CONSTITUCIONALISMO AMBIENTAL COMO MECANISMO REGULADOR PARA A CONSTRUÇÃO DO EQUILÍBRIO SOCIOAMBIENTAL DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, v. 3, n. 1, p. 128-142, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Cidadania e Educação Ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental**. Brasília: Ibama, 2003.

Peres F, Moreira JC. **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2003.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo, Cortez Editora, 2005, 255pp.

QUEIROZ, Fernando. **Indicadores de desenvolvimento de um país: do PIB ao FIB.** 2015.

SATO, M. (2004). **Educação Ambiental.** São Carlos. Rima.

SEARA FILHO, Germano. **Apontamentos de introdução à Educação Ambiental.** V.1.n.1. São Paulo: Revista Ambiente, 1992.

Segura, D. de S. B.; **Educação ambiental na escola pública - da curiosidade ingênua à consciência crítica,** Annablume/FAPESP: São Paulo, 2001.

SERAFIM, Marcos. Uma análise do tema educação ambiental nos livros didáticos de ensino fundamental e médio. 2016.

SILVA, Gregor Zogueib Vidal Ferreira da. **Tratados sobre mudanças climáticas: da convenção do rio ao protocolo de quioto.** 2007.

Souza, Maria Cláudia da Silva Antunes de (Org.). **Sustentabilidade meio ambiente e sociedade:** reflexões e perspectivas / Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza; Charles Alexandre Armada (Org.). – Umuarama: Universidade Paranaense – UNIPAR, 2015. E-book. 303 p.

VANDERLINDE, t. Capa: **o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do brasil.** R. ra' e ga, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.

VERONA, Juliana Augusta. **Qualidade ambiental e de vida na cidade de Várzea Paulista-SP:** estudo de caso. 2003.

ZULAUF, Werner E. **O meio ambiente e o futuro.** Estudos avançados, v. 14, n. 39, 2000.

APÊNDICE

ESTRATÉGIAS PARA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para Medeiros (2011), a educação ambiental é um conjunto de práticas e conceitos voltados para a busca da qualidade de vida, com o objetivo de criar diretrizes para auto sustentabilidade da região.

A seguir seguem algumas práticas que podem ser trabalhadas dentro e fora de sala de aula:

APÊNDICE A: CONFECÇÃO DE CARIMBOS DE CORDÃO COM RESTOS DE MADEIRA.

Colocar à disposição dos/as educandos/as os materiais necessários para a confecção dos carimbos: tocos de madeira (que podem ser solicitados em madeiras ou fábricas de molduras, móveis) e cordão de algodão ou lã (o cordão é melhor). Apresentar alguns modelos de carimbos com formatos variados (estrela, árvore, sol, lua, etc.). Confecção dos carimbos propriamente ditos. Confecção de um painel em grupos, utilizando os carimbos confeccionados.



Figura 1 ilustração: Confecções de carimbos de restos de madeira com cordão, trabalhados em sala de aula.

APÊNDICE B: CONFECÇÃO DE MINI HORTINHAS COM GARRAFAS PET.

Materiais necessários: garrafas pet, tesoura, terra, mudinhas ou sementes. Procedimentos: Deite a garrafa pet e corte um dos lados da “barriga” da garrafa, sem atingir o fundo nem a boca da garrafa. Faça pequenos furinhos no fundo e coloque terra. Em seguida, plante as sementes ou as mudas e é só cultivar com cuidado. Como suporte pode usar caixas de ovos para que não fiquem diretamente no chão e, de tempos em tempos, estes suportes poderão ser substituídos, pois podem apodrecer com a umidade que escorre do excesso da água pelos furinhos da garrafa.



Figura 2 ilustração: Horta com garrafa pet

APÊNDICE C: REALIZAR UMA OFICINA DE SUCATA, PARA A CONSTRUÇÃO DE MAQUETES OU BRINQUEDOS.

Essa oficina pode ser realizada em escola, na disciplina de Educação Ambiental, ou até mesmo como um projeto de extensão. Onde crianças e adolescentes podem desenvolver objetos com material reciclado. Com o intuito de destacar a importância de se reciclar e que esse material que certamente seria descartado até mesmo de forma incorreta pode dar origem a objetos utilizáveis.



Figura 3 ilustração: Oficina de Sucata com resíduos recicláveis.

APÊNDICE D: PROPORCIONAR UM PASSEIO A UM AMBIENTE NATURAL.

Quando se leva crianças e adolescentes para fazer um passeio em um ambiente que envolva arvores, lagos e até mesmo alguns animais. A aula se torna mais interessante, pois nesse ambiente eles podem constatar a beleza natural que se fala em sala. E sair da imaginação para algo concreto. Podem observar a riqueza que é a natureza, e colocar em prática tudo que se aprende de preservação da mesma.



Figura 4 ilustração: Passeio Ambiental, para uma sensibilização da preservação dos Recursos Naturais.

APÊNDICE E: PLANTAR ÁRVORES OU FAZER CANTEIROS COM FLORES OU HORTALIÇAS.

Colocar em pratica o plantio de arvores ou ate mesmo a realização de hortas é algo de extrema importância para os alunos. É preciso destacar para eles a importância de plantar uma arvore nos dias de hoje, o quão importante é ter uma área verde em nossa cidade e os benefícios para o homem. A pratica de fazer essa plantação ou ate mesmo zelar por uma horta faz com que eles se conscientizem sobre a Educação Ambiental e desperta neles o interesse de preservação do meio ambiente.



Figura 5 ilustração : Atividades de Educação Ambiental com crianças, plantio de mudas de árvores.

**Brenda Caroline Nogueira dos Santos**Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2806308697334072>

Última atualização do currículo em 20/07/2017

Resumo informado pelo autor

Possui graduação em Gestão Ambiental pela Faculdade de Educação e Meio Ambiente (2017).
(Texto gerado automaticamente pelo Sistema Lattes)

Dados pessoais

Nome	Brenda Caroline Nogueira dos Santos
Filiação	Milton Cezar Fogaça dos Santos e Nivalda Pereira Nogueira
Nascimento	13/09/1996 - Brasil
Carteira de Identidade	1326272 ssp - RO - 16/08/2012
CPF	032.287.412-33
Endereço residencial	Rua Macaúbas - de 5286/5287 ao fim Setor 09 - Ariquemes 76876186, RO - Brasil Telefone: 69 35362672 Celular 69 993387378
Endereço eletrônico	E-mail para contato : brennacarinens@hotmail.com E-mail alternativo ledsonnormandes@gmail.com

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2017	Graduação em Gestão Ambiental. Faculdade de Educação e Meio Ambiente, FAEMA, Ariquemes, Brasil Título: Educação Ambiental X Sociedade sustentável Orientador: André Luiz Neves da Costa
--------------------	--

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 20/07/2017 às 12:33:52.